



DEBATE 3 - DIA 16 NOVEMBRO

RESUMO

A fase de debate consequente à dinâmica e intervenções das várias Redes Intermunicipais convidadas, permitiu abrir um período de discussão que trouxe considerações pertinentes sobre o estado de arte do trabalho em rede. A estratégia de trabalho da DGLAB – Direção-Geral dos Livros dos Arquivos e das Bibliotecas, de apoio à constituição de redes intermunicipais de bibliotecas a nível nacional levantou algumas questões que por motivos de organização territorial, influenciam nesta dinâmica de trabalho em rede em algumas regiões. A apresentação do mapa nacional com as redes atualmente constituídas revelou, que existem ainda arestas por limar e que a lei é omissa em determinadas regiões.

Vera Silva refere, que o Grupo Intermunicipal de Bibliotecas da Região de Setúbal tem tido um trabalho meritório no que diz respeito à investigação e produção de repositórios do Distrito de Setúbal, sendo que, os seus bibliotecários sempre estiveram associados à produção de informação, de conhecimento, investigação, coligindo para a conservação daquilo que ao longo do tempo se foi produzindo sobre a Região de Setúbal. Atendendo à história deste grupo Vera Silva menciona: “não deixei de ficar surpreendida, quando ele mostrou aquele mapa onde já estamos a ter ao fim ao cabo estas redes intermunicipais e vejo ali, um enorme, um triste buraco, aqui, naquilo que era dantes o Distrito e agora a Região de Setúbal e eu gostava de saber, porque é que isto se sucede e é mais surpreendente quando informalmente, até terá sido o primeiro sítio do país onde se gerou uma forma de organizar, de trabalhar, não exatamente em rede mas, a trocar partilhas e experiências e fazer coisas em comum”.

De entre o nosso público, Vanessa Silva vai mais longe quando refere que “a Associação de Municípios da Região de Setúbal é uma associação de municípios que se forma voluntariamente porque os municípios da Região, do Distrito entendem partilhar entre si preocupações, formas de trabalho e ao contrário de outras Regiões do país estas áreas que muitas vezes são secundarizadas foram as áreas principais do trabalho, do trabalho em rede, porque uma associação de municípios é trabalho em rede e as bibliotecas também. A minha questão é se a DGLAB está preparada para o reconhecimento deste trabalho em rede?”.

Estes comentários demonstram, que a questão da organização territorial coíbe a consideração das exceções à regra, de realidades concretas desta e de várias outras Regiões e atestam também, a necessidade de uma resposta rápida e resolutiva por parte da DGLAB.

Bruno Eiras explica que quando a DGLAB iniciou a implementação desta estratégia nacional obedeceu a uma priorização hierárquica das comunidades intermunicipais, sobre áreas onde teoricamente existe maior capacidade de execução, maior capacidade de trabalho, mais histórico inclusive de trabalho articulado na própria dinâmica das bibliotecas.

Não obstante de se querer trabalhar com todas as realidades e com os diferentes casos, como o é da



Associação de Municípios da Região de Setúbal, ou o da área Metropolitana de Lisboa e do Porto, ou até, de outras associações de municípios, com dinâmicas próprias e que, como refere “independentemente do aparecimento das comunidades intermunicipais e da dinâmica imposta seja organização territorial administrativa de facto ou não, ou que resulte de uma identificação própria dos municípios com território, a DGLAB teve de fazer uma opção de intervenção no território”. Estas opções não inviabilizam no entanto que sejam considerados como ele próprio refere “casos como a dinâmica própria da AMRS, ou de outras associações de municípios de fins específicos, que eventualmente tenham, e têm redes de bibliotecas a funcionar, teremos que necessariamente que encontrar aqui um enquadramento”.

Em resposta às questões colocadas, pode-se observar que estes casos em concreto não estão esquecidos, mostrando a DGLAB preocupação e vontade de ultrapassar os constrangimentos legalmente impostos, com o compromisso de “analisar uma forma de enquadrar esta rede, este grupo de trabalho na nossa estratégia, que neste momento está baseada no território das CIM”.

Foi ainda aberto espaço para reflexão sobre a gestão da informação e os canais que medeiam a circulação da informação, atendendo à necessidade de se conhecer o trabalho que vem sendo feito pelas bibliotecas a nível nacional, nomeadamente, suas potencialidades, benefícios e a utilidade das redes sociais como forma de partilha de conteúdos e difusão de informação e do conhecimento.

De um modo geral, esta preocupação é comum, Bruno Eiras comenta que em breve, a DGLAB disponibilizará online um conjunto de materiais que tem vindo a recolher das várias redes intermunicipais, de modo a que seja possível beneficiar de todas estas experiências, não só do que corre bem, mas essencialmente, do que corre mal, para evitar que se cometam os mesmos erros.

Estas questões entrelaçam-se com a importância da estatística e da avaliação da atividade das bibliotecas e seus serviços, até porque, esta avaliação pode gerar dados muito relevantes nas tomadas de decisão das estruturas e dos bibliotecários.

Questiona-se: É feita a avaliação do trabalho desenvolvido? Releva para os utilizadores? Como se comprova a sua pertinência? Quais são os resultados efetivos?

Evidenciar conceitos, metodologias e trabalho realizado é o caminho para uma melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

É importante quantificar os serviços das bibliotecas e parar para atender a estas questões. Como Bruno Eiras refere “a questão da avaliação é muito importante exatamente porque não é só um cumprir um calendário ou cumprir um cronograma, é exatamente que objetivos é que nós definimos e nós muitas vezes e porque fazemos muito e estamos sempre a fazer não é, não conseguimos parar para pensar, para avaliar, para refletir, esquecemo-nos deste aspeto”.

Perante a rápida mudança que se tem observado nos serviços e nas fontes de informação em rede, as bibliotecas têm de adotar novas estratégias e incluir estudos de avaliação. A operacionalização depende das oportunidades e do saber fazer, construindo estrategicamente bibliotecas presentes, visíveis e geradoras de interação com o seu público, atendendo a uma sociedade que se rege cada vez mais através do paradigma das relações em rede.

João Guerreiro levanta uma questão que vai de encontro à rentabilização e proveito desta constituição de redes intermunicipais, ou seja, de que forma este trabalho conjunto ajuda na economia de recursos? E, ainda de encontro à questão da comunicação, como as diferentes redes trabalham e comunicam entre si?

Em resposta a estas questões foram dados exemplos concretos, Ana Marçal fez referência à interajuda



inicial entre a rede Medio Tejo, recentemente constituída, com a Rede de bibliotecas do CIRA, explica que “no início da nossa comunidade, nós convidámo-la a estar presente para nos mostrar as boas práticas, os constrangimentos”. Refere ainda que desde logo a biblioteca de Anadia colocou-se à disposição da Médio Tejo e “o mesmo aconteceu com as Beiras e Serra da Estrela, que também colaboraram, que nos enviaram documentação, grelhas de preenchimento, que nós usámos, adaptámos à nossa situação. Portanto houve esta partilha”. Também entre as bibliotecas que compõem a rede houve partilha de recursos, as atividades de promoção da leitura passaram a ser comuns entre algumas destas bibliotecas. Explica, neste sentido que “fizemos a dada altura o levantamento de todas as atividades de promoção da leitura e elas estão todas descritas, com os públicos-alvo, com os recursos necessários e sempre que alguém pretende receber uma dessas atividades, solicita e efetivamente recebe na sua biblioteca”.

Ana Marçal enumerou, entre estes aspetos, outros procedimentos realizados, como a uniformização de um regulamento comum, pretendem realizar uma ação de marketing no território das suas bibliotecas para mostrar aos seus utilizadores que é possível usufruir do empréstimo interbibliotecas. Ainda no que diz respeito a projetos comuns, estão a desenvolver uma exposição sobre os incêndios florestais que, neste caso específico “há um corpo comum técnico que está a fazê-lo, essa verba é paga apenas uma vez e será replicado em todos”.

No seguimento das declarações de Ana Marçal, Rui Santana explica que, no caso da rede das Beiras e Serra da Estrela, “a partir do momento em que nós temos os 17 catálogos num só catálogo coletivo ou pelo menos numa rede agregadora que disponibiliza a informação para todos os técnicos e para todos os cidadãos e utilizadores e todos intervenientes daquele território, estamos a conseguir rentabilizar”.

É possível, segundo Bruno Eiras, enumerar mais evidências e vantagens com a constituição destas redes e a DGLAB tem tido oportunidade de as constatar, pela sua proximidade e pelo acompanhamento que faz ao trabalho desenvolvido por estas. Destaca o caso da Rede Intermunicipal das Bibliotecas do Oeste, que no presente ano, em sede da comemoração do Dia Mundial do Livro, adquiriu em cooperação atividades específicas em torno de uma programação comum, não repetitiva e complementar aos seus municípios, resultando num processo de aquisições feita de forma colaborativa, com divisão de custos e com base num trabalho articulado.

Mesmo a própria RIBBSE, quando refere que está a trabalhar num catálogo coletivo “do ponto de vista técnico, existe um informático que está a fazer esse trabalho que não é, aliás, não há 17 informáticos a trabalharem de forma individual não é, há um, há um técnico que com uma única aquisição está a fazer todo o trabalho para esta rede”.

Há ainda outros exemplos de trabalho em rede com vantagens e rentabilização, fala em redes que, por exemplo, para a produção de materiais gráficos não recorrem à contração externa, um dos seus municípios voluntaria-se a realizar estes materiais, que depois são utilizados nos restantes municípios.

Intervenientes:

Vera Silva, Filipa Ferreira, Vanessa Silva, Bruno Eiras, João Guerreiro, Bruno Eiras, Ana Sofia Marçal, Rui Santana.

